

**Planejamento Participativo e Turismo Cultural no Centro Histórico de João Pessoa -  
PB: análise do Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim**

**Cibelle Batista Gondim<sup>1</sup>**

**Fernanda Daniela Chaves Rocha<sup>2</sup>**

**Resumo**

Objetivou-se com este estudo identificar as possíveis contribuições do Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim para o desenvolvimento do turismo cultural no Centro Histórico de João Pessoa (PB), a partir da percepção dos sujeitos entrevistados. O estudo, de caráter exploratório e descritivo, utilizou uma abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa de campo realizada de junho a agosto de 2009 contou com a aplicação de questionários envolvendo a comunidade do Porto do Capim, artistas locais e turistas, totalizando sessenta respondentes. Foram aplicadas também entrevistas com os representantes de cinco instituições ligadas à cultura e ao patrimônio cultural, a saber: ACEHRVO, FUNJOPE, Associação Balaio Nordeste, IPHAN e Comissão do Centro Histórico de João Pessoa. Concluiu-se que para que haja realmente o desenvolvimento do turismo cultural no Centro Histórico, deve haver a revitalização de outros monumentos e um maior investimento em cultura na região. É necessário também que seja elaborado um planejamento estratégico, integrado e participativo, envolvendo setor público, setor privado e comunidade local, e que siga os princípios da sustentabilidade, para que todos os envolvidos no processo sejam beneficiados de forma igualitária.

**Palavras-chave:** Planejamento Turístico Participativo. Turismo Cultural. Centro Histórico de João Pessoa. Centro de Cultura Popular Porto do Capim.

**Introdução**

O turismo se divide em vários segmentos, sendo um deles o turismo cultural. Neste segmento turístico, os indivíduos são motivados a viajar pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade cultural.

Apesar de o turismo cultural gerar perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio, do revigoramento das tradições, da redescoberta dos bens materiais e imateriais, muitas vezes esquecidos no tempo, o mesmo sofre ameaças das transformações que vêm

---

<sup>1</sup> Mestra em Administração (UFPB). Bacharel em Turismo (UFPB). Professora do Curso de Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV. Email: cibelle.gondim@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (UFBA). Bacharel em Turismo (UFPB). Email: fernandaturismologa@gmail.com

ocorrendo no mundo globalizado. No entanto, é preciso enfatizar a importância da conservação dos bens históricos e dos espaços que os contêm, e do reaproximar-se de sua característica histórica, principalmente através da utilização de ferramentas de planejamento e valorização cultural.

No Brasil, várias cidades se destacam pela rica diversidade cultural que possuem. Todavia, em alguns lugares, o turismo cultural não tem sido desenvolvido da melhor forma possível, quer seja pela falta de consciência por parte da população de sua importância; pela ausência de uma infraestrutura adequada; pela visitação desordenada; pela falta de profissionais capacitados; pelo desrespeito por parte de alguns turistas e da comunidade local em relação a algum patrimônio histórico e cultural; ou ainda, pela falta de um planejamento turístico eficiente.

O Estado da Paraíba, especificamente a cidade de João Pessoa, possui um valioso potencial turístico no que concerne à cultura. O Centro Histórico do município se caracteriza por abrigar igrejas do século XVI, prédios e casarios coloniais de grande importância e que retratam a identidade local. Contudo, os mesmos ainda não têm sido utilizados pela população e pelos turistas como deveriam.

Mais do que isso, no que diz respeito ao presente trabalho, cabe remeter aos Centros Culturais ou Casas de Cultura, isto é, lugares que buscam retratar a identidade cultural de um determinado local, através de exposições e oficinas de arte, de dança e de música; da oferta de cursos e palestras; de apresentações teatrais; de eventos; dentre outras atividades.

Considerando a importância destes lugares para a valorização cultural de uma localidade, e para impulsionar o turismo cultural, objetivou-se com esse trabalho, portanto, analisar as ações propostas pelo Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim, apontando possíveis contribuições deste para o desenvolvimento do Turismo Cultural no Centro Histórico de João Pessoa – PB, e para valorização da cultura local.

### **Relação entre Cultura, Turismo e Patrimônio Cultural**

A origem do conceito de cultura tem ligação com o termo germânico *Kultur*, que representava os aspectos espirituais de uma comunidade. Já a palavra francesa *civilization* referia-se às realizações materiais de um povo (LARAIA, 1997). O antropólogo inglês, Taylor, através do termo inglês *culture*, simplificou os dois termos anteriormente citados e o definiu como sendo, “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de

uma sociedade” (LARAIA, 1997, p. 25), sendo o primeiro autor a definir um conceito antropológico de cultura.

A diversidade cultural permite a transformação da cultura em atrativo turístico, estimulando nas pessoas a curiosidade de conhecer o “exótico”, ou seja, tudo aquilo que é considerado diferente e que não faz parte da realidade cultural de uma determinada sociedade.

Segundo o Ministério do Turismo - MTur (2006), pode-se estabelecer a origem da relação turismo e cultura com o *Grand Tour* no século XVII, quando os estudantes aristocratas faziam passeios que duravam anos pelas principais cidades européias para conhecer a cultura clássica grego-romana.

Com o passar dos anos, entretanto, o turismo cultural tornou-se mais complexo, e hoje em dia, abarca além da cultura material (os casarios antigos, igrejas seculares, museus, teatros, obras de arte, entre outros), a cultura imaterial (a exemplo das danças, da gastronomia, do vestuário, da música, da literatura popular, dos eventos, etc).

De acordo com MTur (2006, p. 12), considera-se patrimônio histórico e cultural:

Os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de tornarem-se em atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações.

No que concerne ao patrimônio cultural, entretanto, é possível verificar que este nem sempre teve o mesmo sentido conhecido atualmente. Se nos voltamos para meados do século XVIII, ou até mesmo antes, nos surpreenderíamos ao ver o que os monumentos e edificações (únicos que eram considerados patrimônio na época), significavam para a sociedade.

Segundo Camargo (2002), vários monumentos foram demolidos ao longo do tempo tendo como razões principais motivações ideológicas e, posteriormente, a Revolução Industrial. A política de preservação dos monumentos surgiu primeiramente na França, no século XVIII, sendo um dos principais motivos a extinção da monarquia e a constituição do Estado republicano, em que os bens da coroa passaram a fazer parte do Estado, posteriormente chamados de Bens Nacionais. De acordo com o mesmo autor, no ano de 1794 foram criadas as primeiras medidas para deter o “vandalismo”, e através desse processo surgiu o termo “patrimônio nacional”. A França também foi responsável por criar, em 1837, a

primeira Comissão dos Monumentos Históricos, com o intuito de preservá-los (CHOAY, 2002).

No Brasil, não foi diferente do que aconteceu nos países europeus. No século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, a cidade do Rio de Janeiro se transformou em palco de muitas mudanças, o que posteriormente, impulsionou outras cidades brasileiras. Vários monumentos foram colocados a baixo, e muitos lugares históricos tornaram-se vítimas do abandono. Depois de algum tempo, as transformações acarretaram o sentimento de nostalgia e o Brasil adotou o modelo utilizado na França para a constituição do patrimônio nacional brasileiro (CAMARGO, 2002).

A preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil começou no século XX. Vários fatores influenciaram esse acontecimento, como a Revolução Industrial, que passou a modernizar as cidades de forma a modificar sua essência; a forte presença de imigrantes no sul do país, colocando em perigo a unidade brasileira; o crescimento do nacionalismo; a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional; e o interesse de “recriar” o Brasil, por parte dos intelectuais modernistas (SIMÃO, 2001; FUNARI e PINSKY, 2001).

Devido à importância que o patrimônio passou a ter, surgiu a necessidade de criar leis ou órgãos de proteção, para tentar diminuir, ou até mesmo, impedir que algo interferisse na preservação do patrimônio. Camargo (2002) cita que no ano de 1933 foi concretizado o primeiro decreto de reconhecimento do patrimônio cultural e da importância de sua preservação. E em 1937, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, primeiro órgão federal voltado à preservação. Este órgão teve por várias vezes seu nome modificado, até se tornar o que hoje se conhece por Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (REVISTA DE HISTÓRIA, 2007).

Entretanto, apesar da importância maior que se passou a atribuir ao patrimônio histórico e cultural no país, muito ainda deve ser feito. É necessário que políticas de gestão mais planejadas e estruturadas sejam desenvolvidas, buscando realmente satisfazer as carências e as necessidades existentes.

### **Turismo Cultural em Centros Históricos e Planejamento Turístico Participativo**

Sabe-se que o turismo, como toda e qualquer atividade que está interligada aos setores da economia e aos aspectos sociais, pode se desenvolver de forma desordenada,

principalmente quando obedece às leis do consumismo, em detrimento dos fatores associados ao turismo sustentável (PIRES, 2002).

Vários são os casos em que a atividade turística trouxe consequências desastrosas para localidades e, muitas vezes, para cidades inteiras. Entre essas atividades, destacamos as que são desenvolvidas pelo turismo cultural, pois este ao crescer descontroladamente, ao invés de proporcionar benefícios diversos para o local onde foi implantado, acarreta sérios prejuízos para a comunidade como um todo. Como enfatiza Simão (2001, p. 69-70), “é lamentável admitir que, tendo a capacidade de ser o grande aglutinador e gerador de renda de um lugar, o turismo pode se tornar o grande ‘vilão’, degradando o lugar e suas condições de vida”.

Como é possível notar, o consumismo tem sido responsável por modificar o verdadeiro papel que o turismo deveria representar. Sendo assim, os benefícios que esta atividade deveria proporcionar acabam seguindo outros princípios, resultando na “perda de identidade, reconstrução de realidades e construção de cenários” (ANSARAH e PANOSSO NETO, 2008, p. 131).

Tomando como referência os Centros Históricos, estes são exemplos de locais que mais sofrem com os efeitos negativos do turismo, sendo de certa forma, subutilizados pela atividade, quando esta não recebe o devido planejamento turístico. Portanto, o turismo cultural pode contribuir para revitalizar lugares históricos que se encontravam em estado de total abandono, contudo, o próprio turismo cultural pode causar um efeito contrário ao “revitalizar” esses lugares, provocando resultados indesejáveis que ocasionam problemas diversos para o ambiente como um todo.

De acordo com Barretto (2006), um dos principais impactos que o turismo provoca ao “revitalizar” um Centro Histórico é em relação aos moradores do local. Estes, geralmente são expulsos da região e transferidos para locais longínquos, não conseguindo participar adequadamente da atividade turística e, às vezes, sendo obrigados a trabalhar em empregos precários e mal remunerados, provocando a perda da qualidade de vida. O ambiente “revitalizado” passa, então, a ser frequentado por classes sociais mais favorecidas e por turistas.

Outro impacto diz respeito ao processo de restauração propriamente dito. Vários Centros Históricos são restaurados para serem utilizados pelo turismo, mas os mesmos não preservam as características de antes, são totalmente modificados, perdendo sua originalidade (FUNARI e PINSKY, 2001).

Vale destacar que outros estudos que vêm sendo desenvolvidos no país sobre este processo de restauração/revitalização dos Centros Históricos, e estes revelam realidades e consequências negativas semelhantes. Sobre o Centro Histórico da cidade de São Luiz - MA, por exemplo, Silva, Falcão e Barbosa (2010) discutem o processo de (re)construção do sentido de identidade e da memória da cidade a partir da despersonalização deste espaço. Zanirato (2007), por sua vez, aborda as potencialidades e dilemas envolvendo o processo de restauração do Pelourinho em Salvador – BA, ocorrido entre 1992 e 1993, enfatizando, sobretudo, os inconvenientes causados aos moradores daquele espaço. Gomes (2006) discute os êxitos e fracassos deste processo em Recife – PE. E uma pesquisa desenvolvida por Endres, Oliveira e Menezes (2007) analisa o processo de restauração/revitalização do Centro Histórico de João Pessoa – PB, discutindo, sobretudo, a criação de um não-lugar a partir deste processo.

Analisando os estudos mencionados, dentre outros existentes no país, percebe-se o planejamento como um fator fundamental e indispensável para o desenvolvimento sustentável do turismo cultural em Centros Históricos. Este pode ser considerado como uma ferramenta capaz de garantir resultados desejáveis na execução das tarefas, ou até mesmo, impedir que algo prejudicial possa vir a acontecer. Como afirma Ruschmann (2005, p. 87), “sabe-se que, por meio de um planejamento bem elaborado, consegue-se solucionar com mais eficiência os problemas futuros e, muitas vezes, evitá-los”.

Com relação ao planejamento turístico, Ansarah (2004, p. 67) o define como sendo

(...) o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade.

Como Petrocchi (2002) explica, o turismo tende a crescer sob os conflitos gerados entre a “promoção” e a “preservação”. Enquanto a promoção se preocuparia em apenas desenvolver a atividade turística, a preservação se preocuparia não só com tal desenvolvimento, mas também com os impactos negativos que o turismo pode causar.

Neste sentido, as diretrizes de planejamento para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, podem ser consideradas como estratégicas, na medida em que podem ser capazes de manter o equilíbrio entre a promoção e a preservação, para que a atividade se desenvolva sem causar danos consideráveis à sociedade e ao meio ambiente. No entanto, é primordial que a gestão do planejamento turístico abranja todos os âmbitos (econômico,

social, ambiental e cultural) da mesma forma, além de se desenvolver de forma participativa, baseando-se no tripé da gestão sustentável (incluindo a participação do setor público, do setor privado e da comunidade local).

Para elaborar um planejamento voltado para o turismo cultural especificamente, é preciso compreender também as exigências desse tipo de turismo. Segundo Gastal e Castrogiovanni (2001), as principais exigências seriam: o adequado planejamento urbano; salvaguarda dos sítios (urbanos e zonas protegidas); melhor organização da frequência de visitação aos locais de cultura; melhor informação e acolhimento; dentre outras.

É fundamental também que o processo de planejamento do turismo cultural envolva o setor público, a iniciativa privada, a comunidade local, os especialistas em gestão da cultura e os profissionais de turismo. Todos estes atores devem trabalhar conjuntamente e de forma harmônica, unindo o desenvolvimento do turismo cultural à conservação dos bens culturais. Entretanto, verifica-se que, na maioria das vezes, a comunidade é excluída deste processo de planejamento.

Nesse sentido, Hall (2004, p. 55) explica que “uma abordagem comunitária no planejamento turístico é, portanto, uma forma de planejamento ‘às avessas’, que enfatiza o desenvolvimento na comunidade e não da comunidade”. Verifica-se, portanto, que é necessário que se tenha uma reformulação do processo de planejamento, para que os resultados sejam condizentes com as necessidades de todos os envolvidos, evitando os impactos negativos e as desigualdades sociais.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa realizada caracteriza-se como sendo de abordagem quanti-qualitativa, e de caráter exploratório e descritivo. Além da revisão bibliográfica, da observação *in loco*, e da análise documental (do Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim e do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa), foi realizada uma pesquisa de campo durante os meses de junho a agosto de 2009.

Foram aplicados questionários com a comunidade local (residente no Porto do Capim), com turistas e com artistas locais, totalizando uma amostra de 60 participantes, sendo 20 de cada grupo pesquisado. Para o tratamento dos dados resultantes desta etapa de pesquisa, utilizou-se uma abordagem quantitativa, aplicando-se estatística simples.

Foram realizadas também entrevistas com representantes de entidades ligadas à cultura e ao patrimônio cultural (FUNJOPE, ACEHRVO e Associação Balaio Nordeste), e com



representantes do IPHAN e da Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa (responsáveis pela elaboração e execução do Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim, e de outros projetos inseridos no Programa de Revitalização do Centro Histórico), totalizando cinco respondentes. Para o tratamento das informações obtidas nas entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo por temas (abordagem qualitativa).

### **Breve Descrição Sobre o Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim**

O projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim foi elaborado pela Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa e repassado para o IPHAN, que ficou responsável pela restauração do prédio que abrigará o Centro de Cultura Popular, além da implantação das atividades que serão desenvolvidas no espaço.

O prédio que abrigará o Centro de Cultura Popular está localizado no Porto do Capim e já se encontra em processo de restauração, sendo o primeiro prédio do Porto do Capim a ser restaurado pelo Projeto de Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim.

De acordo com a Comissão Permanente do Centro Histórico (2006) a proposta prevê várias atividades, contendo espaços destinados à galeria de artes, sala de cinema/teatro e espaço para oficinas de artes plásticas e teatrais, além da instalação de um acervo de Cultura Popular, do intelectual paraibano Simeão Leal.

### **Análise das Entrevistas: Comissão Permanente do Centro Histórico e IPHAN**

Segundo a representante da Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa, este abrange uma área de 410 hectares, com aproximadamente 6 mil edificações. De acordo com a mesma, há 23 anos, com o deslocamento das pessoas para os bairros próximos a orla da capital, o Centro Histórico ficou um verdadeiro caos. Os prédios encontravam-se abandonados e a área estava tomada pela marginalização, e nem mesmo a própria população local conhecia o importante patrimônio existente naquele lugar. Com isso, surgiu a ideia de elaborar um projeto com o intuito de “revitalizar” a localidade. Em 1987, as obras propostas no projeto foram iniciadas. No decorrer desse período, vários monumentos foram restaurados/revitalizados, tanto na cidade alta, como na cidade baixa. No entanto, a entrevistada ressaltou que muito ainda deve ser feito para que os objetivos propostos no projeto sejam realmente atingidos.



Quando questionada a respeito da revitalização do Antigo Porto do Capim, esta respondeu que o projeto surgiu há aproximadamente 15 anos, mas que apenas recentemente a execução do mesmo teve início.

No que diz respeito à participação da comunidade do Porto do Capim no projeto, ela afirmou que a mesma tem participado efetivamente do projeto, a partir de seus representantes. Ainda em relação ao Porto do Capim, a entrevistada mencionou que o processo está acontecendo de forma extremamente lenta devido à comunidade, pois para que a área seja totalmente “revitalizada”, os moradores terão que ser retirados e transferidos para outro local. Contudo, explicou que há a proposta de um projeto que visa à retirada dos moradores para uma área próxima, com toda a infraestrutura necessária para que essas pessoas vivam adequadamente, de acordo com a percepção da entrevistada.

Questionada sobre a inserção dessa comunidade no turismo, depois que a área do Porto do Capim for “revitalizada”, esta afirmou que a comunidade será “reaproveitada” na atividade turística e cultural. Todavia, acredita que capacitações devam ser oferecidas para que a comunidade adquira conhecimentos e se torne apta a participar das atividades.

Quando questionada sobre a importância do Centro de Cultura Popular para o desenvolvimento do turismo cultural no Centro Histórico e para a valorização e promoção da cultura local, ela respondeu que sem dúvida alguma o Centro de Cultura Popular poderá contribuir bastante, mas apenas ele não será o suficiente.

Já o representante do IPHAN quando questionado a respeito das parcerias para execução do projeto de revitalização, mencionou a existência de uma parceria com o governo espanhol no início do projeto, que foi interrompida logo em seguida. Dentre as instâncias brasileiras que continuam no processo encontram-se: o IPHAN; o Ministério da Cultura; a Secretária de Educação e Cultura do Estado da Paraíba; e a FUNJOPE (órgão do governo municipal responsável pela cultura), dentre outros. Porém, o entrevistado ressaltou que além das entidades públicas, seria necessário que houvesse parcerias com as empresas privadas.

Com relação à retirada da comunidade para outra área, o mesmo acredita ser uma ação necessária frente às condições em que esta se encontra (ou seja, em sua maioria não tendo uma qualidade de vida adequada), além de ser um passo fundamental para poder dar continuidade ao projeto. O entrevistado enfatizou que a Probec (Instância Municipal de Patrimônio) tem concomitantemente a retirada da comunidade da área, a inclusão dos mesmos nas atividades que ali serão implantadas.

Quando questionado a respeito da importância do Centro de Cultura Popular, ele citou que sem dúvida alguma o projeto é valioso, sendo necessária a integração desse Centro de Cultura Popular com os outros prédios que serão restaurados/revitalizados, de forma a desenvolver outras atividades para que haja realmente a dinamização do Centro Histórico.

#### **Análise das Entrevistas: instituições ligadas à Cultura e ao Patrimônio Cultural**

A necessidade de entrevistar os representantes de outras entidades partiu do princípio de que estes não são os responsáveis pela execução do projeto, dando a oportunidade de conhecer a realidade do Centro Histórico a partir de outras percepções. Desta forma, foram entrevistados os presidentes de duas associações culturais locais: ACEHRVO e Associação Balaio Nordeste; e o diretor da FUNJOPE.

Como resultado das entrevistas, constatou-se que o Centro Histórico continua com diversos problemas que precisam ser solucionados para dar continuidade ao processo de restauração/revitalização do mesmo. Todos foram de acordo com a retirada da comunidade do Porto do Capim, por acreditarem que esta vive em condições precárias. Porém, falaram da necessidade desta comunidade participar das atividades, já que no momento isto não está acontecendo. Os três representantes acreditam que o Centro de Cultura Popular será de fundamental importância, contanto que o local não seja transformado em um espaço “elitizado”, e que todo o projeto esteja acompanhado de uma boa administração e um planejamento apropriado.

#### **Análise dos Questionários: artistas locais, turistas e a comunidade do Porto do Capim**

Durante a pesquisa foram aplicados questionários com 20 artistas locais. Estes se caracterizam por atuar nas mais variadas áreas como: música, artes, teatro e dança. Dos entrevistados, os que atuam na área da música registraram o maior percentual, com 40% no total; ficando em seguida a área de artes com 35%; teatro com 15%; e dança com o menor percentual, de 10%.

Com relação ao conhecimento dos entrevistados sobre o Projeto de Revitalização do Centro Histórico, os dados mostraram que 60% têm conhecimento e 40% não têm conhecimento sobre o projeto. O que comprova que apesar de a maioria está ciente do projeto, uma grande parcela ainda não possui informações a respeito das propostas existentes para o local. Além disto, apenas um pequeno percentual de 10% tem conhecimento sobre o Projeto do Centro de Cultura Popular Porto do Capim.

Com relação à percepção dos entrevistados no que se refere aos benefícios advindos do Centro de Cultura Popular para a comunidade artística, 95% acredita que poderá trazer contribuições, enquanto 5% não estão de acordo. Os que não acreditam que o Centro de Cultura Popular poderá trazer subsídios favoráveis alegaram que este projeto só vai beneficiar a comunidade artística que já tem certo reconhecimento no mercado, não abrindo espaços para os artistas desconhecidos.

Como sugestões de atividades que poderiam ser implementadas no Centro de Cultura Popular, os artistas locais mencionaram: oficinas diversas para a comunidade local e para os visitantes (de música, teatro, dança, artes visuais, artesanato, etc); exposições de trabalhos feitos pelos artistas paraibanos; cursos profissionalizantes focados na cultura popular; cursos voltados para a gastronomia; seminários e palestras ligados a assuntos culturais; dentre outras.

No que diz respeito à percepção dos entrevistados em relação aos benefícios que o Centro de Cultura Popular poderá trazer para o desenvolvimento do turismo cultural no Centro Histórico, e para a valorização da cultura local, todos tiveram a mesma opinião favorável.

Os questionários foram aplicados aos turistas no momento que os mesmos estavam visitando o Antigo Hotel Globo, localizado no Centro Histórico. No que diz respeito à faixa etária do grupo de 20 turistas entrevistados, a que obteve o maior percentual foi de 36 a 42 anos, com 40%; seguida das opções acima de 46, com 25%; de 22 a 28 anos, com 20%; de 29 a 35 anos, com 10%; e por último, de 15 a 21 anos, com 5%.

Verificou-se que a maioria dos turistas veio da Região Nordeste ou da Região Sudeste, totalizando 40% em cada caso. E em seguida ficaram os que vieram de outro país (França), totalizando 15%; os que vieram da Região Sul, com 5%. O maior percentual foi representado pelos que estavam visitando a cidade pela primeira vez, com 65%; e apenas 35% já conheciam a cidade. Dos que já conheciam, a frequência de visita variou de 3 a 7 vezes.

No que diz respeito à percepção de cada um em relação aos benefícios que um Centro de Cultura Popular poderá trazer para o turismo no Centro Histórico, apenas um entrevistado acredita que não trará benefícios. O mesmo argumentou que se acontecer como nas outras cidades, onde apenas a elite se beneficia com os monumentos construídos, o turismo não estará se desenvolvendo de maneira adequada, sem provocar exclusões.

Com relação ao grau de satisfação dos turistas com a visita feita ao Centro Histórico, o maior percentual obtido encontra-se na opção “satisfeito”, totalizando 40%. Em seguida

ficaram as opções “muito satisfeito” e “pouco satisfeito”, ambas com 30%. E nenhum dos turistas afirmou estar “insatisfeito”. Sendo assim, um percentual considerável marcou a opção “pouco satisfeito”, o que comprova que o Centro Histórico ainda precisa de melhorias.

Com relação às sugestões de melhoria para o Centro Histórico, as principais reivindicações dizem respeito à restauração dos prédios; a infraestrutura; a falta de lugares para fazer refeições; ao mau atendimento por parte das pessoas que atendem aos turistas; aos poucos eventos que acontecem na área; dentre outras. Desta forma, percebe-se que essas propostas citadas pelos turistas podem servir para que os responsáveis pela elaboração dos projetos observem as necessidades das pessoas em relação aos produtos e serviços que ainda não são ofertados no Centro Histórico, ou que devem ser melhorados e/ou implantados durante o processo de restauração da área.

Com relação ao perfil dos 20 participantes da pesquisa que residem no Porto do Capim, observou-se que a comunidade é constituída por uma grande parcela de pessoas jovens, ou seja, em idade ativa, mas que muitos se encontram sem trabalhar ou estudar. Sendo um fator a mais para ser analisado ao discutir o futuro da comunidade, principalmente no que diz respeito à realocação destes para outra área.

Neste caso, prevaleceram os que consideram que o desenvolvimento do turismo no Centro Histórico pode trazer benefícios para a comunidade do Porto do Capim, totalizando 80%. Enquanto os que não foram de acordo, atingiram um percentual de 20%. Os participantes que não foram de acordo comentaram que não acreditam que o desenvolvimento do turismo no Centro Histórico pode trazer contribuições para a comunidade, porque desde que a área passou a ser utilizada pelo turismo, são poucos os moradores que têm sido beneficiados. Desta forma, os respondentes acreditam que apenas as pessoas que tem alguma qualificação é que podem receber benefícios, sendo boa parte da comunidade excluída desse processo.

No que diz respeito à percepção dos moradores sobre os benefícios advindos do turismo para a comunidade do Porto do Capim, apenas 55% destes acreditam que o turismo tem trazido benefícios.

Todos os moradores entrevistados responderam que têm conhecimento sobre o projeto de revitalização. Percebeu-se que o fato de os moradores estarem mais informados a respeito do projeto de revitalização está ligado também à questão da retirada dos mesmos do local, e não por motivos de divulgação do projeto.

Constatou-se que 50% dos moradores que responderam a pesquisa concordam com a retirada da comunidade do local. A maioria aceita a mudança, contanto que a transferência seja feita para uma área próxima ao Porto do Capim. Uma minoria citou que deseja sair do Porto do Capim, independentemente do local para o qual possam ser transferidos. Todos enfatizaram que a área tem que ter uma infraestrutura adequada, como também emprego, escola e lazer, para que possam ter uma qualidade de vida melhor.

Sobre o Projeto do Centro de Cultura Popular, apenas 25% dos moradores têm conhecimento sobre suas propostas. Com relação à percepção dos entrevistados sobre os benefícios que o Centro de Cultura Popular poderá trazer para a comunidade, todos acreditam que a comunidade será beneficiada. Alguns moradores comentaram ainda que o Centro de Cultura Popular poderá gerar emprego e renda para a comunidade, além de atividades de lazer para os jovens.

No que diz respeito ao fato de a comunidade ser consultada sobre a realização dos projetos de revitalização, verifica-se que ocorreu uma diferença mínima no percentual das alternativas escolhidas. Onde 55% responderam que nunca foram consultados, e 45% responderam que já foram. Porém, é necessário enfatizar que nem sempre essas consultas foram feitas pelas pessoas que trabalham nos projetos, como forma de considerar a opinião dos moradores, e sim por pessoas que estão realizando algum tipo de pesquisa, por exemplo.

### **Considerações Finais**

Diante dos dados da pesquisa, observou-se que existe um otimismo por parte da comunidade do Porto do Capim, dos artistas locais e dos turistas, pois na percepção desses entrevistados, a criação de um Centro de Cultura Popular será de fundamental importância, podendo contribuir de diversas formas para o desenvolvimento do turismo cultural e para a valorização da cultura local.

No que diz respeito à percepção dos representantes das entidades ligadas à cultura (ACEHRVO, FUNJOPE e Associação Balaio Nordeste), verificou-se que apesar de haver uma expectativa destes com relação aos impactos positivos que o Centro de Cultura Popular possa trazer para o turismo cultural e para a valorização da cultura local, este objetivo apenas seria alcançado havendo realmente a participação da comunidade e dos artistas na gestão e no planejamento da atividade turística no local. De acordo com a percepção destes representantes, se não houver uma gestão adequada, que leve em consideração os anseios e

necessidades de todos os envolvidos, os projetos só favorecerão uma parte dos interessados, ficando a maioria sem ser beneficiada.

Verificou-se também nas entrevistas realizadas com os representantes da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa e do IPHAN, que apenas a concretização do Centro de Cultura Popular não será suficiente para o desenvolvimento turístico e para a valorização da cultura local, sendo necessário que todo o projeto de revitalização do Centro Histórico seja concretizado. Pois de acordo com a percepção destes, apenas através de uma integração entre todos os monumentos e atividades culturais desenvolvidas é que se pode realmente “revitalizar” a região.

A respeito do Centro Histórico de João Pessoa, observou-se que este ainda carece de melhorias, não apenas no que se refere à preservação, mas também com relação aos produtos e serviços disponíveis no lugar; ao planejamento das atividades turísticas e culturais; à participação da comunidade na gestão do turismo; ao processo de ocupação de algumas áreas; dentre outros fatores.

Desta forma, diante de todos os problemas diagnosticados no Centro Histórico, através da pesquisa realizada, fica evidente a importância de se desenvolver o turismo na região, pois este quando bem planejado, pode contribuir para que o patrimônio cultural seja preservado e, concomitantemente, seja utilizado pela sociedade através do desenvolvimento de atividades que possam estimular o reconhecimento e a valorização da cultura local.

Conclui-se, portanto, que se as melhorias propostas forem realmente realizadas, o projeto de revitalização, em toda sua magnitude, desenvolvido com base nos princípios da sustentabilidade, do planejamento integrado e participativo, poderá propiciar o desenvolvimento do turismo no Centro Histórico, além de valorizar a cultura local e trazer benefícios para os âmbitos cultural, ambiental, econômico e social.

## **Referências**

- ANSARAH, M. G. dos R. (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.
- ANSARAH, M. G.; PANOSSO NETO, A. **Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2008.
- BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Turismo Urbano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CHOAY, F. A **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP; Estação Liberdade, 2002.

COMISSÃO PERMANENTE DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. Projeto de Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim (2006). João Pessoa – PB: 2006.

ENDRES, A. V.; OLIVEIRA, C. M. S.; MENEZES, D. A. **Turismo no Centro Histórico de João Pessoa**: revitalização, planejamento e não-lugar. In: Revista Eletrônica de Turismo Cultural. ISSN 1981-5646. 2º semestre de 2007. Disponível em: <[www.eca.usp.br/turismocultural](http://www.eca.usp.br/turismocultural)>. Acesso em: 01/07/2010.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, E. T. A. **Um Passeio Temático pela Cidade do Recife**: o processo de revitalização, êxitos e fracassos. In: Memórias – Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe. Vol. 3. Nº 006. ISSN 1794-8886. Universidad Del Norte - Colombia, noviembre, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/855/85530606.pdf>>. Acesso em: 01/07/2010.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 11ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Brasília: MTUR, 2006.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. 6ª ed. São Paulo. Editora Futura, 2002.

PIRES, M. J. **Lazer e Turismo Cultural**. 2ª ed. Barueri – SP: Editora Manole, 2002.

REVISTA DE HISTÓRIA. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1236>>. Acesso em: 13/05/2009.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. 12ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SILVA, G. P.; FALCÃO, M. T.; BARBOSA, M. A. F. **(Re)Produção de Imagens do Centro Antigo**: divergências entre o discurso e a prática no Bairro Praia Grande. Anais do IV Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Foz de Iguassu: junho, 2010.

SIMÃO, M. C. R. Preservação do Patrimônio Cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZANIRATO, S. H. **A Restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador – Bahia/ Brasil**: potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, Cultura e Cidade. In: Historia Actual Online – HAOL. Nº 14. ISSN 1696-2060. Disponível em: <<http://historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/215/203>>. Acesso em: 01/07/2010.